
2003

PIBIC

Relatório Final

Tema: Terceiro Setor no Brasil

Aluna: Vânia Melo Rodrigues

Prof. Orientador: Luiz Carlos Merege

Índice

1. Resumo	3
2. Formulação do problema.....	4
3. Justificativa da Pesquisa	4
4. Objetivos	5
5. Hipóteses	5
6. Conceitos-chaves.....	6
7. Metodologia / Fontes.....	7
8. Cronograma	8
9. Pesquisa.....	9
10. Bibliografia pesquisada para a realização desse projeto.....	33

Relatório Parcial PIBIC

Tema da pesquisa: Terceiro Setor no Brasil

Coordenador: prof Luiz Carlos Merege

1. Resumo

Esta pesquisa aborda o Terceiro Setor no Brasil. As suas raízes são antigas, desde da época dos primórdios da colonização portuguesa. O Terceiro Setor era embrionário na época: a pobreza não é vista como um problema social; a caridade se fazia sob forma privada, religiosa ou de benemerência, principalmente com fins educacionais e assistenciais; não há um mercado nacional; não há a formação de uma sociedade civil; há uma evidente predomínio da autoridade da classe dominante, realizada por meio do paternalismo, colonialismo e patronato.

O setor foi se modificando ao longo do tempo, sendo uma consequência da ação do Estado e da sociedade civil. Atualmente, ele assume um função muito importante, tendo em vista que o atual Estado se encontra em crise, e urge mudanças. O fim do Estado de Bem Estar Social; a globalização, o fenômeno da exclusão; o desemprego em massa; o colapso do socialismo; emergência das ações associativas; as privatizações do Estado foram fatores que precipitaram essa crise. Este Estado se mostrou incapaz de resolver por si próprio a questão social. Ele necessita de formar alianças para encontrar soluções. O Terceiro Setor constitui uma destas soluções

2. Formulação do problema

Com o fim do Estado de Bem Estar, colapso do socialismo, emergência das ações associativas, o Estado se mostrou incapaz de resolver sozinho os problemas sociais. As organizações de Terceiro Setor, contando com a mobilização da sociedade civil, têm se destacado em atuar na área social, tentando minimizar os problemas decorrentes dos insuficientes investimentos governamentais em setores como educação, saúde, cultura.

Embora a crescente importância do Terceiro Setor, ele não tem uma posição muito definida dentro da administração, o que dificulta a otimização do processo de mobilização de recursos. Além disso, falta mais divulgação deste setor para a sociedade, visto que ele não é conhecido por grande parte da população.

Apesar de parecer um fenômeno "novo" para muitas pessoas, é importante ressaltar que o Terceiro Setor existe desde do século XVI no Brasil. Ele exerceu um importante papel na construção da sociedade brasileira. Falta o reconhecimento deste setor como um fornecedor de bens públicos que, até recentemente, o Estado não se encarregava de prover.

Não só a população em geral, mas também para as pessoas que estão envolvidas na área desconhecem muitas faces do Terceiro Setor. A literatura sobre este tema é escassa, principalmente no que se refere a história de organizações sem fins lucrativos, ou seja, falta um intercâmbio de informações a fim esclarecer tópicos referentes ao assunto.

3. Justificativa da Pesquisa

A origem e a história evolutiva do Terceiro Setor no Brasil possibilita compreender e situar as condições estudar a sua estrutura organizacional: missão, o ambiente cultural onde ela está imersa, as diferentes forças que tem poder sobre a organização (stakeholders, comunidade, conselheiros,

empregados, grupo-alvo). O estudo da cultura organizacional permite o conhecimento sobre habilidades administrativas gerais como planejamento, resolução de problemas, organização, administração de projetos, avaliação de necessidades, ou de habilidades especiais como captação de recursos, capacidade de mobilizar a participação dos beneficiários de seus programas.

Apesar de não aprofundado, este estudo é importante para incrementar as discussões do Terceiro Setor no meio acadêmico.

4. Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo acompanhar o surgimento, evolução e acompanhar perspectivas do Terceiro Setor. É impossível tratar deste assunto sem nos reportarmos ao papel do Estado e da Sociedade Civil ao longo do período.

Numa segunda parte, a pesquisa trata de uma breve análise de uma organização do Terceiro Setor antiga em São Paulo chamada Instituto Ana Rosa. A partir desta pesquisa de campo, podemos comparar se a teoria antes exposta corresponde ao que aconteceu na prática com o Instituto. Também podemos perceber quais são os valores que norteiam as ações de uma organização sem fins lucrativos.

5. Hipóteses

- A evolução do Terceiro Setor no Brasil ocorreu paralelamente a atuação do Estado e da sociedade civil na questão social; ficando muito difícil abordar o Estado, a sociedade civil e o Terceiro Setor isoladamente, não levando em conta a interação destes três agentes na questão social.

-
- A estrutura, os sistemas, artefatos e técnicas implementados na organização mudam gradualmente de acordo com as alterações políticas, econômicas e sociais.
 - Há uma relação direta entre a evolução do conceito de Terceiro Setor e as mudanças organizacionais das instituições pesquisadas.

6. Conceitos-chaves

- a) Terceiro Setor - "Espaço institucional que abriga um conjunto de ações de caráter privado, associativo e voluntarista, geralmente estruturadas informalmente, voltadas para a geração de bens e serviços públicos de consumo coletivo; se ocorrer excedentes econômicos neste processo, estes devem ser reinvestidos para a consecução dos fins estipulados" (Aquino, 1998)
- b) Captação De Recursos- habilidade administrativa especial para organizações do Terceiro Setor que consiste não só em captar recursos monetários sob forma de doações em dinheiro e espécie, como também voluntários para doar trabalho e/ou fornecer contatos.
- c) Missão – a missão pode ser definida como a somatória da identificação dos seus cliente agregando valor aos serviços oferecidos visando à satisfação das necessidades dos clientes.
- d) Valores- é a identidade de propósitos da organização. São os princípios norteadores das tomadas de decisão de uma organização

7. Metodologia / Fontes

a) Levantamento de dados

Coleta de dados relacionados ao tema da pesquisa. Nesta etapa haverá pesquisa em arquivos, entrevistas informais com pessoas relacionadas ao Terceiro Setor. Haverá uma pesquisa bibliográfica para dar suporte ao projeto.

b) Análise e interpretação dos dados

Será realizado uma análise e interpretação dos dados obtidos, organizando-os de tal forma que haja uma relação lógica entre eles.

Os dados levantados serão selecionados e organizados em ordem cronológica, visando proporcionar um melhor aproveitamento dos mesmos para o desenvolvimento da pesquisa.

c) Elaboração e apresentação do relatório parcial

Após a síntese dos dados, os mesmos serão sintetizados e compilados em um relatório parcial que conterá as diretrizes iniciais da pesquisa. Este relatório será entregue em meados de janeiro de 2000 ao Conselho do PIBIC.

d) Revisão

Os resultados obtidos serão revisados após o relatório parcial para verificar se a pesquisa está sendo coerente com os objetivos estabelecidos na proposta.

e) Pesquisa de Campo

Haverá uma pesquisa de campo ao Instituto Ana Rosa para a coleta de dados pertinentes à pesquisa. Essa etapa teve que ser adiada por motivos de saúde. Os dados levantados serão comparados com a pesquisa bibliográfica.

f) *Elaboração e apresentação do relatório final*

Conclusão da pesquisa e elaboração de um relatório final que conterà todas as informações e resultados obtidos de maneira sintética e acessível, servindo como base para futuras consultas sobre o tema.

8. Cronograma

a) *Agosto a Novembro*

- Pesquisa bibliográfica sobre o Terceiro Setor
- Análise e Interpretação dos dados coletados até o momento
- Elaboração do questionário será aplicado ao Instituto Ana Rosa
- Elaboração do relatório parcial
- Apresentação do relatório parcial.

b) *Dezembro a Fevereiro*

- Revisão do questionário
- Visita ao Instituto Ana Rosa

c) *Fevereiro a Maio*

- Levantamento bibliográfico
- Análise do resultado da pesquisa de campo
- Identificação de Características do Instituto
- Análise e Interpretação dos dados

d) Junho a Julho

Conclusão da pesquisa

- Elaboração do relatório final
- Apresentação do relatório final

9. Pesquisa

Introdução

O Terceiro Setor, apesar de soar como algo novo, faz parte da nossa sociedade por mais de quatro séculos, por meio das atividades da Igreja, colégios e faculdades particulares, organizações artísticas, agências de serviços sociais, voluntários e doadores. Também conhecido como Setor da Caridade, Setor Independente, Setor Voluntário, Setor Não-Tributável, ONG's, Economia Social. Entretanto, a idéia de um Terceiro Setor, reconhecido e independente, no entanto, é ainda muito recente. No período que compreende a colonização até o século dezenove, havia uma distinção entre atividades estritamente públicas ou estritamente estatais. Não havia o reconhecimento que havia um setor na sociedade que, apesar de privado, realizava ações públicas. O Terceiro Setor só tornou-se consciente da sua atuação no final do século dezenove nos Estados Unidos e recentemente no Brasil.

Ele desempenha um papel muito importante na sociedade, pois é capaz de produzir bens e serviços que nem a iniciativa privada e nem o governo têm interesse em prover. Porque estes bens e serviços não dão o lucro que a empresa procura obter ou os votos que os políticos precisam ter. Essas organizações atuam em diversos países e diversas áreas, desde da arte e cultura, educação, saúde, assistência social, ambientalismo. Movimentam

expressivos recursos tanto materiais quanto humanos. Constituem uma crescente fatia do mercado de trabalho. Caracterizam-se em iniciativas privadas com fins essencialmente públicos. De natureza pública, porém não estatal, este setor vem se desenvolvendo rapidamente em diversos países, inclusive no Brasil. Tem se destacado em ajudar a resolver diversos problemas sociais. Muitas são as razões para essa expansão: fim do Estado de Bem Estar Social; o excesso por demanda e a escassez entre a oferta de serviços públicos, em particular os sociais; a globalização, que acentuou o fenômeno da exclusão; o desemprego em massa; o colapso do socialismo; emergência das ações associativas; as privatizações do Estado.

Atualmente, este setor ocupa posição de destaque em debates sobre formas de solucionar as questões sociais. Muitos autores, entre eles Gilberto Dupas e Pierre Rosanvallon, acreditam que a solução para o desenvolvimento social se baseia no tripé mercado, Estado e a sociedade civil. Uma das características da sociedade civil é a habilidade dos cidadãos em se associar voluntariamente para resolver seus problemas de forma independente. O Terceiro Setor abarca esses três elementos, tornando-se impossível desvincular a questão social, o Estado e a sociedade civil. Constituindo-se, portanto, uma das possíveis soluções à problemática social atual.

Os segmentos mais importantes do Terceiro Setor são as formas tradicionais de ajuda mútua, a filantropia empresarial, associações civis e movimentos sociais, as organizações não-governamentais.

1. Período Colonial e Império

O problema social remete a um entendimento da sociedade. Ou seja, a questão social é vista como problemática só quando a sociedade, principalmente as elites, enxergam desta forma.

Neste período, a pobreza não era tratada como um problema social. A pobreza das pessoas desgarradas, sem casa, comida ou trabalho, foi tratada através da caridade privada e da Igreja. Durante quase quatro séculos, a sociedade brasileira foi essencialmente rural, baseada nas grandes propriedades rurais monocultoras, que visavam atender as necessidades de Portugal. O sistema de plantation e a relação entre o governo português e a Igreja são pressupostos do Terceiro Setor no Período Colonial. Dada a natureza rural e oligárquica dessa sociedade e seguindo a lógica tradicional de proteção senhorial, grande parte dessa assistência às camadas pobres da população era feito dentro das fazendas, de forma privada e personalizada. Nos primeiros séculos da colonização, organizações encarregadas da assistência social, da ensino e da saúde têm a Igreja Católica como pano de fundo. Com o objetivo claro de converter os povos para o Cristianismo, a igreja desempenhou um papel social fundamental.

O sistema implantado no Brasil não foi muito propício para a implantação do Terceiro Setor. A Igreja irá gerir qualquer atividade, iniciativas ligadas de uma certa forma a filantropia. Pensar essa sociedade passa necessariamente pela Igreja e seu papel de órgão público na organização da sociedade civil (Landim, pág 13).

As confrarias, formadas geralmente pela população local, eram associações reconhecidas tanto pelo governo quanto pela igreja. Muitas possuíam um caráter mais corporativo, como a Irmandade dos homens pretos (1640) ou a Irmandade

da Santa Cruz dos Militares (1623). Os membros destas organizações contribuía materialmente, em troca de alguns benefícios. Frequentemente, elas também mantinham asilos ou casas de caridade.

Dentre essas confrarias, há de se destacar as Irmandades da Misericórdia, responsáveis pelos primeiros hospitais, asilos e manicômios brasileiros. Elas exerciam também a função de se constituir em um lugar de segregação e proteção coletiva. Os fundos dessa entidade eram praticamente esmolas e, principalmente, donativos e heranças realizados pelos “beneméritos”, gente da alta sociedade colonial.

As ordens religiosas foram as responsáveis pela criação de uma estrutura de assistência social, saúde e educação necessários para o sucesso da ação missionária colonizadora. Com a fundamental missão de catequizar os índios, elas acabaram se destacando na matéria de educação. Seus recursos eram abundantes e não se constituíam apenas em dotações reais, mas também em heranças e dotações particulares. Sua autonomia muitas vezes desafiou o governo colonial, que acabou expulsando os jesuítas em 1759.

Os índios não eram considerados pobres, uma vez que eles se organizam de forma a possibilitar uma economia de subsistência. Os negros tinham uma proteção assegurada, embora extremamente precária, que era senzala. Lá, eles obtinham um mínimo de abrigo, comida, roupa, que lhes garantiam a subsistência. A condição social do escravo não era vista como pobreza, como pessoas que não tinham forma alguma de subsistência.

Havia uma relação de caráter vertical entre ricos e pobres. A autoridade da classe dominante era visível. Ela era exercida pelo paternalismo, colonialismo, coronelismo, patronato (troca de favores entre patrão e cliente).

A independência brasileira e a proclamação da república não são momentos de ruptura do sistema agro-exportador brasileiro. Estes dois episódios históricos apenas significam um progressivo controle estatal pelos interesses da elite rural. Nos movimentos de independência, abolição e escravatura, não é marcante a presença de organizações civis fortes, duradouras e consolidadas. A fragmentação regional e o escravismo não propiciaram o desenvolvimento de formas de associação civil. O abolicionismo foi a transformação político-institucionais que mais contou com a mobilização social. A fragmentação regional e o escravismo, aliados a repressão colonial são alguns motivos que explicam a ausência de uma sociedade civil organizada.

O movimento abolicionista contou com uma expressiva mobilização dos centros urbanos do país e contaram com a participação de várias associações civis, como por exemplo, os Clubes e Associações Abolicionistas e a Confederação Abolicionista.

No século XIX, a Igreja se desvencilha do Estado. O Estado procura consolidar os bens e serviços públicos numa base mais racional, técnico e humano. A ruptura se deu com o que se denominou a Questão Religiosa, quando o Estado começa a adotar o liberalismo.

Havia a presença concorrente das Igrejas protestantes no campo religiosa e das prestações de serviços. A liberdade de culto religioso, ocorrido no começo do século XIX, trouxe igrejas evangélicas de missão e de imigração para o Brasil. A partir disso, são fundadas escolas e faculdades destinadas à classe média e alta, de excelência acadêmica, que pregavam ideais de liberdade, democracia e individualismo.

Quadro Resumido das Características do Período

- A pobreza não é vista como um problema social.
- A caridade se faz sob forma privada, religiosa ou de benemerência, principalmente com fins educacionais e assistenciais.
- Não há um mercado nacional.
- Não há a formação de uma sociedade civil.
- Há uma evidente predomínio da autoridade da classe dominante, realizada por meio do paternalismo, colonialismo e patronato.

2. República Velha

A República velha introduz algumas modificações.

A Constituição de 1891 institucionaliza a separação definitiva entre o Estado e a Igreja. Com o apoio da Santa Sé e estando diretamente ligada à Roma, inicia-se uma verdadeira transformação no aparelho religioso. Novas associações de caráter caritativa e assistencial são criadas, como as Conferências Vicentinas. A Igreja procura estreitar laços com a população, ela funda por toda a parte escolas, hospitais, obras pias e caritativas, baseada no pensamento puramente assistencial. Os recursos partiam dos fiéis. Os principais doadores eram as pessoas que compunham a elite, e eram o “elo de ligação entre a burguesia agrária e o aparelho eclesiástico” (Oliviera, op. P. 294)

O século XIX foi marcado pelo liberalismo, não-intervenção estatal. Entretanto, o Brasil era um país fortemente rural, com algumas cidades iniciando o industrialismo. Com o mercado recente e ainda mal formado, já havia a noção do liberalismo. Havia um pensamento, assim como na Europa, que a questão social

seria resolvida pelo mercado. Mesmo assim, houve intervenção estatal. É o chamado falso “laissez faire”

A primeira intervenção estatal na área social foi na área de saúde pública. Assim como na Europa, a estrutura dos bairros permitiam a proliferação de epidemias. O governo agiu diretamente por meio de uma legislação. Havia debates na Academia Real de Medicina recomendando m² por pessoa, iluminação, tamanho das janelas. Foi também a época dos engenheiros sanitaristas, das obras de saneamento básico. Esses debates discutiam saneamento, como construir habitações de forma a ter um mínimo de higiene. Houve também as primeiras campanhas de vacinação.

O Estado não aparecia como o responsável pela questão social. O responsável pela pobreza era o empregador ou fornecedor de serviço.

A forma de tratar a questão social era a repressão. Entre as décadas de 10 e 20 do século XX, houve greves trabalhistas. A questão social era uma questão de polícia.

Os problemas relativos à assistência social e à previdência privada tornam-se mais visíveis a partir das últimas décadas do séculos XIX Quando o complexo urbano se complexifica. As associações voluntárias se destacam. Trata-se da multiplicação, nos centros urbanos, da sociedades beneficentes de auxílio mútuo, dos primeiros sindicatos e de entidades de classe patronal, no contexto tardio e incipiente da industrialização.

Houve intervenção estatal com a criação das CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões- legislação federal (anos 20-23) que estabeleceu uma caixa para assegurar aposentadorias e pensões, primeiro para os ferroviários, estendendo depois para outros trabalhadores. O setor ferroviário era um dos centrais para a economia, era estratégico político e economicamente, pois garantia o

escoamento da produção. As empresas ferroviárias eram estrangeiras e tinham a tradição em conceder benefícios aos trabalhadores.

A pobreza era resolvida na caridade privada (patronal), como caso de polícia, ou com alguma legislação, como por exemplo, as CAP's. E também com a visão importada de mercado, pois o brasileiro era embrionário.

Com a República, há a separação entre a Igreja e o Estado. O Terceiro Setor modifica um pouco a sua configuração. A Igreja passa a estreitar vínculos com as massas e de organizações de seus fiéis – ao lado da doutrina e da moral e das práticas religiosas – a fundação por toda a parte de escolas, hospitais, obras pias e caritativas. Os recursos para todo esse processo de reestruturação partiam dos fiéis. A filantropia exercida por empresários ou outros setores dominantes da época passa, pelos espaços da ação social da Igreja

Nesta época, temos a presença da concorrência, no campo religioso e da prestação de serviços sociais, das Igrejas Protestantes. Essas Igrejas se destacam pela fundação de escolas e faculdades destinadas às classes médias e setores de elite e caracterizadas pela excelência acadêmica.

Quadro Resumido das Características do Período

- Separação Estado e Igreja
- A Igreja amplia as associações de caráter caritativa e assistencial, contando com a doação de fiéis.
- Predomínio do liberalismo econômico.
- O Estado não é visto como o responsável pela questão social.
- Urbanização e industrialização incipiente.
- Destaque das associações voluntárias, sociedades beneficentes de auxílio mútuo.

Período Vargas à Ditadura Militar – Cidadania Regulada

Tendo como pressupostos a era nacional – desenvolvimentista e centralizadora, com um reforço do autoritarismo político e uma ampla intervenção do Estado, uma nova racionalização irá então organizar o conjunto de iniciativas do Terceiro Setor. O Estado passa a financiar e prestar diretamente serviços em diversas áreas como educação, cultura e saúde. Inicia-se um sistema de montagem de proteção social, inspirado em moldes externos do Welfare State.

Alguns autores defendem que a centralidade do setor público pós-década de 30 teria levado ao fim de uma era de dominação e efetividade do “setor não-governamental”. O regime ditatorial abafou o desenvolvimento de um associativismo autônomo e de lutas por direitos civis e por interesses de grupos específicos. Por exemplo, é nesse período a criação da Legião Brasileira de Assistência, órgão governamental até hoje responsável pelo atendimento de setores fragilizados da população. A presidência desta organização é assegurada às primeiras damas e o patrimônio constituído através de doações particulares e recursos públicos. A entidade não é, embora recentemente tenha assumido este papel, prestadora de serviços públicos. As entidades sem fins lucrativos deveriam ofertar bens e serviços públicos e obter recursos com a LBA. As escolas religiosas, hospitais e obras sociais ligadas à Igreja, o que mais se estruturara em termos de assistência e serviços públicos até os anos 30, receberam incentivos fiscais.

O governo começa a se preocupar em regulamentar as relações trabalho – capital. É criada as primeiras leis trabalhistas e a CLT em 1943, a previdência social, que inaugura o sistema de proteção social e os sindicatos .

São criados os Institutos de Previdência, Aposentadoria e Pensão. Há uma Unificação em torno de uma instituição nacional estatal, por classes.

A marca desse sistema é o corporativismo. O sistema de proteção social inclui apenas alguns trabalhadores urbanos de determinados segmentos, com carteira de trabalho, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. A cidadania é regulada rigidamente pelo Estado, uma cidadania de cima para baixo.

Apesar disso, há uma conquista dos trabalhadores. Porém, a maioria da população está excluída. Como o caso da população rural, que até 1973 ficou sem acesso aos serviços públicos.

A lei que estabelece a Declaração da Utilidade Pública em 1935, regula os instrumentos de colaboração entre o Estado e o Terceiro Setor. Em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, CNSS, que davam subsídios a associações nela inscritas. Conforme regulamentação por meio do Decreto no. 5698 de 1943, podiam se cadastrar as organizações voltadas a “assistência médica; o amparo à maternidade; a proteção à saúde da criança; a assistência a qualquer espécie de doença; a assistência a toda sorte de necessitados e desvalidos; a assistência à velhice e à invalidez; amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico; educação pré-primária, profissional, secundária e superior; educação e reeducação de adultos; educação de anormais; assistência a escolas e amparo a toda sorte de trabalhadores intelectuais e manuais”. A lei é ampla o suficiente para englobar entidades de assistência a grupos desprotegidos, saúde e educação formal e informal, popular e de elite.

De meados da década de 50 em diante a sociedade civil brasileira começa a exercer uma função associativa relativamente autônomo e fortemente politizado, tendo como desfecho o fim do pacto populista e o golpe militar. As organizações de caráter civis têm um papel decisivo nesse processo. O sindicalismo dera aos

trabalhadores instrumentos de expressão e organização. Ele vai aprofundando seu caráter nacional-reformista. O Governo de João Goulart regulamenta a sindicalização rural. Neste período, criam-se inúmeras associações civis. Por exemplo, a ULTAB (União de Trabalhadores Agrícolas no Brasil), MASTER (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e as Ligas Camponesas, que lutavam essencialmente pela reforma agrária.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) se destaca pelo seu papel de lutas pela democracia e por reformas no Estado. As organizações criadas pela Igreja se dividem em dois blocos: as que recebem recursos norte-americanos que combatem o marxismo e as correntes progressistas e esquerdizantes (De Kadt, 1970; Souza, 1984). A elite cultural também se associam em torno de organizações de estudos e pesquisas. Por exemplo, o ISER (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), mantidos através da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), de alguns empresários brasileiros e empresas estrangeiras como Shell, Texaco, General Motors, IBM, etc. (Lobo, 1992 p. 325; Sandri, 1990. p.129).

Mesmo com o controle do Estado sobre a sociedade não conseguiram abafar o Terceiro Setor e elas crescem com a colaboração do governo. Embora seja fértil o terreno para sua cooptação ou contaminação com o clientelismo político (Landim, p. 28).

Quadro Resumido das Características do Período

- Inicia-se um sistema de montagem de proteção social, que inclui as Leis Trabalhistas e a Previdência Social.
- O Estado é visto como o responsável pela questão social.
- Política social fortemente corporativista.
- Forte intervenção estatal.
- Sindicatos prestadores de serviço.

Regime militar aos dias de hoje

Há uma extensão da complexidade da proteção social. O sistema manteve a regulação. Houve a construção de um sistema social sofisticado regulado pelo Estado. A partir de 1964, são criadas instituições especializadas em campos específicos da área social, devido a complexidade dos problemas sociais. Por exemplo, o BNH , INSS separado do INAMPS.

Ao longo da década de 70, estendeu-se a proteção social aos trabalhadores domésticos, autônomos e rurais.

Rompeu-se a fragmentação profissional. Em 1966 houve a unificação dos institutos no órgão INSS. Era um único instituto que captava dinheiro de todos os trabalhadores, para devolver em aposentadoria e pensões. Há uma maior uniformidade em detrimento do corporativismo.

As relações do Estado com a sociedade se modificam com o fim das relações corporativistas de massa. A sociedade civil começa a se reorganizar por meio da multiplicação de entidades marcadas pela autonomia, ou mesmo em oposição, com relação ao Estado. Alguns fatores favorecem o aparecimento de novos tipos de organizações atuando nas mais diversas áreas: modernização da sociedade, mudanças nas políticas sociais governamentais, presença internacional cada vez mais forte nas ações de cooperação não governamental.

Apesar da repressão sofrida por muitas organizações sociais e movimentos sociais, a sociedade civil abriu suas áreas institucionais a interesses privados.

Ocorre um aumento significativo da intervenção do Estado na área social, cuja política passou por uma reforma administrativa e centralizadora. A privatização faz crescer o setor empresarial, não o do Terceiro Setor.

Por outro lado, a total falta de fiscalização governamental e a ausência de mecanismos de controle público, proporciona um ciclo de escândalos envolvendo as organizações de Terceiro Setor – desvio de recursos para seus diretores.

Apesar disso, as associações civis sofreram um “boom” nestas duas últimas décadas. Entretanto, nesta época, as organizações definidas como associações civis são as mais variadas, incluindo o conjunto das “culturais”, “recreativas” e “desportivas”.

As ONGs são consideradas modelos de excelência do Terceiro Setor. Elas congregam diferentes ações ativistas em torno de questões como “movimentos populares”, “mulheres”, “negros”, aids”, meninos de rua”. Os projetos, muitas vezes, são realizados em parceria com entidades financiadoras internacionais. O termo ONG evoca cidadania. A idéia predominante não é substituir o Estado, mas sim, desempenhar algumas políticas públicas.

Os debates recentes giram em torno das dicotomias do Terceiro Setor – assistencialismo ou cidadania, ação privada X Estado - tentando defini-lo e situá-lo. Outras questões é sobre os valores e sobre a filantropia empresarial.

Panorama Atual

As organizações do Terceiro Setor se diferenciam pela sua missão. A razão de ser das organizações privadas é o lucro. A do governo é de oferecer uma estrutura de bens e serviços públicos de forma a garantir o desenvolvimento do Estado. As organizações do Terceiro Setor existem para suprir a demanda por

algum serviço público ou de lutar por alguma causa. O serviço ou a causa pode ser física ou não. Por exemplo, saúde, proteção dos direitos de uma minoria, prevenção do abuso sexual de crianças. Por isso, estas organizações são também conhecidas como de caridade, sem fins lucrativos, filantrópicas, associações de benefício mútuo e assim por diante. Mas um traço fundamental as distingue: todas são organizações privadas com uma finalidade pública.

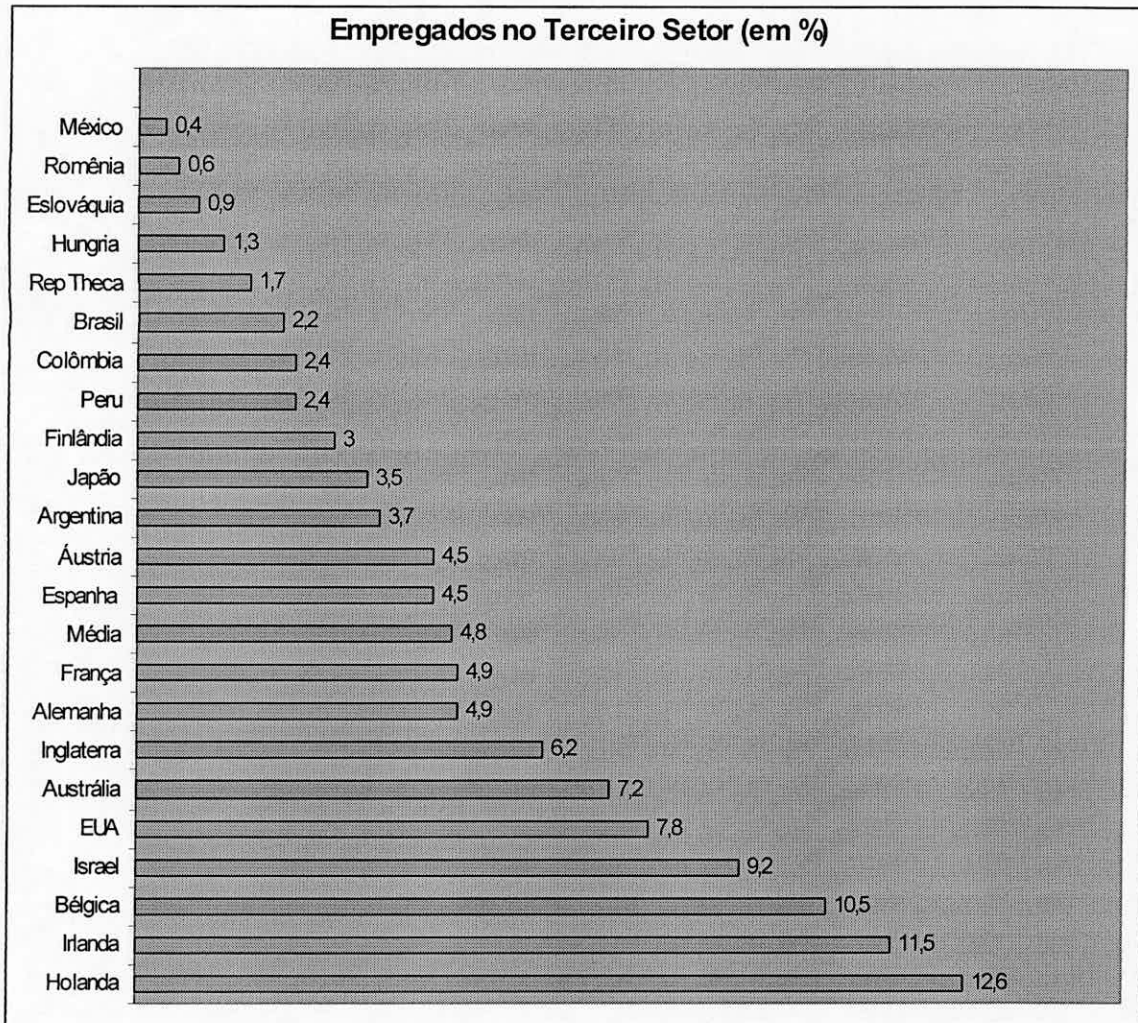
Emprego

Tendo em vista o crescimento acelerado das organizações sem fins lucrativos (tanto em tamanho quanto em número), surgem novas oportunidades de emprego na área. A oferta de empregos neste setor vêm aumentando. Muitos autores apontam a expressiva capacidade de geração de empregos do setor não-lucrativo como uma possível solução para o problema do desemprego estrutural.

Ronald L. Krannich e Caryl Rae Krannich no livro "Jobs and Careers with Nonprofit Organizations" afirmam que as organizações sem fins lucrativos necessitarão de um quadro de profissionais qualificados na área, tendo em vista a necessidade de administrar melhor os recursos disponíveis.

Nos Estados Unidos, 7.7 milhões de americanos trabalham no Terceiro Setor. Dentre eles, setenta milhões de adultos e adolescentes são voluntários. Em 1986, o Terceiro Setor empregou mais do que a construção civil, a indústria eletrônica, automobilística e têxtil. Neste mesmo período, a oferta de empregos nesta área cresceu 43% contra os incrementos de 21% da área privada, 19% do governo e 22% da média de empregos. Grande parte deste crescimento se deve a política de reduzir o tamanho do Estado, introduzida no governo Reagan. A desconstrução do Estado de Bem Estar Social abriu espaço para que as organizações do Terceiro Setor crescessem, na medida em que assumem as funções que o Estado não quer mais se encarregar.

Fonte: Johns Hopkins University



A medida do nível de emprego do Terceiro Setor em vários países é um tanto imprecisa, porque não leva em conta o trabalho voluntário. Apesar disso, o número de empregos criados é expressiva. Nos sete países em que o dado foi coletado (EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Hungria e Japão), este setor empregou, em 1990, o equivalente a 11.8 milhões de pessoas. Isso representa 1 a cada 20 pessoas estão trabalhando neste setor.

É muito difícil precisar o tamanho do Terceiro Setor. A definição de Terceiro Setor ainda é muito confusa. Muitas organizações não estão formalizadas legalmente, o que torna quase impossível saber quantas são e em que ramo estão atuando.

Nos Estados Unidos, estimam-se que existam um total de 1243000 organizações . No Brasil, este número está em torno de 200.000 instituições registradas em cartório. Entretanto, estimam-se que elas sejam mais numerosas, tendo em vista que a maioria destas organizações não são registradas. Encontra-se mais uma dificuldade de mensurar o tamanho real no Brasil.

A tabela 1 mostra o número das organizações do Terceiro Setor registradas em cartório.

Tabela 1: N° de Organizações do Terceiro Setor

Classe de Associação	Brasil n e %	São Paulo n e %
• Beneficentes, religiosas, assistenciais.	55369 – 29,13%	12837 – 28,25%
• Cultura e educacionais.	35492 – 18,67%	9244 – 20,34%
• Esportivas e recreativas	44282 – 23,30%	10915- 2402%
• Associação, Sindicatos de empregadores.	5540 – 2,91%	1174 – 2,58%
• Associação e Sindicatos de Empregados.	8483 – 4,46%	1478 – 3,25%
• Associação de Autônomos e Profissionais.	3566 - 1,88%	709 – 1,56%
• Outras	37354 – 19,65%	9093 – 20,01%
➤ Total	190086 – 100%	45448 - 100%

Fonte: Secretaria da Fazenda

Podemos observar que no Brasil há o predomínio de organizações com caráter beneficente, religiosas e assistenciais (29,13%) provavelmente devido a herança trazida do papel fundamental da Igreja, com suas diversas obras assistenciais espalhadas pelo país. Em segundo lugar, estão as organizações esportivas e recreativas, que perfazem um total de 23,30%.

Por sua vez, a tabela 2 mostra o crescimento do Terceiro setor na cidade de São Paulo nas décadas de 20 a 80.

Tabela 2: Associações civis criadas na cidade de São Paulo, por década

Década	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Número de Assoc.	51	237	288	464	996	1871	2553

Podemos observar que desde da década de 70, apesar do regime militar e da repressão sofrida por estas instituições, houve um "boom" do Terceiro Setor no Brasil. Um dos principais motivos é a crise fiscal e falência do Estado brasileiro, com um crescente déficit público. Para tentar reduzi-lo, o governo passou a cortar as verbas para a área social, fazendo com que a sociedade civil se organizasse, a fim de tentar suprir a demanda por serviços públicos.

Fonte de recursos do Terceiro Setor

A principal fonte de financiamento do Terceiro Setor é o governo, não a iniciativa privada como muitos iriam achar. Nos Estados Unidos, as contribuições privadas constituem apenas 27 % do total. A principal fonte de financiamento são as famílias, seguido pelo setor público e por último, o setor privado.

Outro dado usado para tentar mensurar o tamanho do setor não lucrativo são as receitas que o Terceiro Setor capta. Entretanto não é uma medida perfeita para

se calcular o tamanho do setor, visto que não se inclui o peso dos voluntários, pois não há um custo como salário para mensurá-los. Entretanto, os voluntários agregam muito valor à organização. Portanto, o setor ainda é muito grande. Estima-se que as despesas desse setor num conjunto de sete países (EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Hungria e Japão) em 1990, chegaram a uma quantia de US\$ 604.3 bilhões de dólares. Ou seja, isto representa uma média de aproximadamente 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) destes países. Muitas organizações do Terceiro Setor excedem o produto de alguns países. Elas também movimentam expressivos recursos financeiros. Em 1986, nos Estados Unidos, os fundos eram aproximadamente 300 bilhões de dólares. Isso corresponde a 6 % do PIB e 18 % da área de serviços. Setenta por cento dos lares americanos doam dinheiro para alguma instituição.

A tabela 3 mostra o financiamento do Terceiro Setor no conjunto de sete países . O financiamento é feito pelas famílias, setor público e pelo setor privado.

Tabela 3: Financiamento do Terceiro Setor

País	Famílias	Setor Público	Setor Privado
• Japão	60	38	1
• Hungria	57	23	20
• Itália	53	43	4
• EUA	51	30	19
• Reino Unido	48	40	12
• França	34	59	7
• Alemanha	28	68	4
• Média	47	43	10

Fonte: Salamon e Anheier (1994)

Os gastos com o Terceiro Setor, em porcentagem do PIB, varia de acordo com cada país. Pela tabela 4, podemos observar que os Estados Unidos é o país que mais investe no Terceiro Setor, justificado pelo fato que é onde este setor é mais desenvolvido, provavelmente pelo espírito comunitário, inerente o norte-americano.

Tabela 4: Investimento no Terceiro Setor

País	US\$ BI	% do PIB
• Hungria	3,9	1,20%
• Itália	21,6	2,00%
• Japão	94,9	3,20%
• França	39,9	3,30%
• Alemanha	53,7%	3,60%
• Reino Unido	46,6	4,80%
• Estados Unidos	340,9	6,60%

Fonte: Salamon e Anheier (1994)

Índices como o nível de emprego e receitas são muito difíceis de obter nos países em desenvolvimento. Ainda assim, podemos ter uma idéia do setor observando o número de organizações existentes nos países. Por exemplo, em São Paulo e no Rio de Janeiro foram encontradas 45.000 e 16.000 organizações, respectivamente.

Tabela 5: Organizações do Terceiro Setor em países em desenvolvimento

País	N de organizações
Brasil	190.086
Egito	19.348
Tailândia	10.854

Fonte: Projeto Comparativo do Setor não-lucrativo da Universidade Johns Hopkins

No Brasil, o Terceiro Setor movimenta mais U\$ 10,6 bilhões de dólares por ano, ou 1,5% do PIB, segundo pesquisa realizada pela Johns Hopkins University, cobrindo 22 países.

Mas estes números ainda estão bem abaixo da média de 4,6% do PIB total dos países estudados pela universidade americana, correspondendo à movimentação anual de U\$ 1,1 trilhão. Para Marcos Kisil, do Grupo de Institutos e Fundações e Empresas (GIFE), isso indica que o Terceiro Setor ainda deverá crescer no país.

Hoje, 2,5% de mão-de-obra ativa está no Terceiro Setor. Se for incluído o Trabalho Filantrópico de instituições religiosas, o percentual sobe para 3,2%, ante os 5% da média geral da pesquisa. O Brasil tem chance de crescer pelo menos três vezes.

No país, 15,5% dos recursos para o terceiro setor vem do poder público; outros 10% da filantropia, enquanto 73,8% tem origem na venda de serviços, dentro da estratégia de tornar as ONG'S e outras entidades auto-sustentáveis.

Caso Prático

Instituto Ana Rosa

O Instituto Ana Rosa, ou Instituto Associação Barão de Souza Queiroz foi fundado em 1874, pelo benemérito Barão de Souza Queiróz, cujo Instituto leva seu nome. Assim sendo, a questão social foi uma iniciativa não do governo, mas de uma pessoa integrante da elite, indo ao encontro da premissa que a questão social em meados da década passada não era vista como um problema de responsabilidade do Estado, mas sim um problema que era resolvido pela caridade privada. Ou seja, a questão social era resolvida principalmente com iniciativas ou da Igreja, ou do setor privado. No caso do Instituto Ana Rosa, o problema da pobreza das pessoas que habitavam aquele local fora resolvida pela iniciativa do Barão de Souza, não pelo imperador. A missão da organização, ainda que não definida num papel, é para resolver ou amenizar os problemas de miséria e desamparo da população local à antiga propriedade do Barão de Queiróz.

É de se esperar que uma iniciativa destas tragam efeitos positivos sobre aos seus clientes, as pessoas carentes por ela atendida. Os efeitos são difíceis de serem mensurados, tendo em vista que muitas vezes, eles são intangíveis. Assim, como mensurar o efeito benéfico de educar uma criança, resgatando sua cidadania? Os efeitos transbordam daqueles que ela, depois de receber uma educação, pode ler ou escrever, fazer contas, entre outros. Foi dada a ela uma oportunidade de se integrar à sociedade de forma mais justa, aumentando sua perspectiva de vida.

Atualmente, os principais serviços oferecidos à população é fornecer educação às crianças de 3 meses a 18 anos. Ela possui uma estrutura que compreende:

- Berçário.
- Creche.
- Escola profissionalizante
- Aulas de reforço de português e matemática.
- Restaurante.
- Lavanderia.
- Horta comunitária.
- Cursos profissionalizantes de gráfica, marcenaria, culinária, cabeleireiro, informática, serviços de escritório, eletricidade
- Dão apoio social e ético aos adolescentes profissionalizantes.
- Aulas de catequese para as crianças interessadas.

O atendimento às as crianças de 3 meses a 7 anos é no período integral podem ficar período integral (7:30 às 17:30) e as demais somente período em que não estão na escola.

Os principais stakeholders da organização são: a comunidade atendida pelo Instituto e os funcionários da organização, desde daqueles que lidam diretamente com os jovens até a diretorias e presidência . A organização estimula o envolvimento e a realização das aspirações pessoais de cada um dos seus colaboradores diferentemente para os funcionários que nela trabalham e para o público-alvo. Para os primeiros, a realização se dá por meio da satisfação proporcionada em trabalhar na área social. Ou seja, a satisfação pessoal em ajudar o próximo. Para os segundos, a realização pessoal de estar se educando e aprendendo uma profissão. E, conseqüentemente, conseguir se inserir num mercado de trabalho, resgatando a cidadania, pois provavelmente, sem o trabalho do Instituto, seria ao menos muito mais difícil.

A captação de recursos financeiros do Instituto Ana Rosa são realizados por meio de três fontes: da família Souza Queiróz, da prefeitura do município de São Paulo e da renda própria oriunda de renda de aluguel de suas propriedades. Na fundação do Instituto, a fonte de renda era aquela proveniente da família Souza Queiróz. Depois, decidiu-se comprar e alugar algumas propriedades com o intuito de sustentar a organização à longo prazo. Os recursos da Prefeitura do município de São Paulo se restringe ao financiamento da creche, restringindo a faixa etária de 0 a 4 anos. A comida não perecível também é fornecida pela prefeitura.

A família sustenta o Instituto, além dos recursos oriundos de renda de aluguel. Assim, o sustento da organização fica garantida, pois ela consegue gerar sozinha a maioria dos recursos de que necessita. Aliás, é atípico das organizações do Terceiro Setor que dependem das doações de recursos para se sustentar, que muitas vezes é o fator crítico para a maioria delas.

A razão de ser, que é definida pelos proprietários ou por aqueles que sustentam a organização, é diferente em empresas privadas e organizações do Terceiro Setor. As empresas são norteadas pelo lucro, a fim de satisfazer os acionistas, por exemplo. Já as organizações do Terceiro Setor existem na sociedade com o propósito de satisfazer as pessoas nessa sociedade. Assim, a razão de ser do Instituto Ana Rosa é prover as necessidades da comunidade local, como creches, escolas, fornecimento de merenda, entre outros. Portanto, o instituto visa mudanças de comportamento do seu público-alvo, tendo em vista a melhorara da qualidade de vida. Os princípios que norteiam o instituto são a transparência, e estão abertos para mostrar experiências passadas.

Conclusão

Podemos concluir por meio deste trabalho que o Terceiro Setor evoluiu como um "espelho" das relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. O Terceiro Setor foi uma resposta à dinâmica destes três elementos, sendo muito difícil abordá-lo isoladamente, sem levar em conta a atuação destes agentes. Atualmente, as organizações sem fins lucrativos são uma das possíveis soluções para a crise em que o Estado se encontra, para o aumento da demanda por serviços públicos e pela adoção de uma política neo-liberal adotada.

Também podemos deduzir que as organizações, não só as de Terceiro Setor, elas têm a necessidade de adaptar sua estrutura, os sistemas, artefatos e técnicas implementados de acordo com as mudanças que ocorrem na sociedade. Estas mudanças podem ser políticas, como por exemplo, a adoção de um regime militar, como ocorreu em 1964, ou a separação Estado e Igreja e até mesmo mudanças sócio-econômicas, como a recente crise do Estado. As organizações mudam gradualmente de acordo com as alterações políticas, econômicas e sociais.

O Instituto Ana Rosa não ficou indiferente a esta conjuntura. Foi fundada pelo um benemérito, sendo uma iniciativa privada para resolver o problema da pobreza, já que o Estado não assumia ainda a função social. Hoje em dia, ela têm parcerias com a prefeitura, podendo ampliar a sua área de atuação, porque um dos fatores críticos à estas instituições é a captação de recursos financeiros. Apesar disso, a organização pesquisada consegue gerar grande parte da sua renda, característica atípica da maioria delas. Assim, há uma relação direta entre a evolução do conceito de Terceiro Setor e as mudanças organizacionais das instituições pesquisadas.

10. Bibliografia pesquisada para a realização desse projeto

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina*. Relume-Dumara. 1994.

SALAMON, Lester M. *The Emerging Sector – An Overview*. The Johns Hopkins University. 1994.

DRUKER, Peter Ferdinand. *Administrando em Tempos de Grandes Mudanças*. Pioneira. 1995.

DRUKER, Peter Ferdinand. *Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos – Princípios e Prática*. Pioneira 1994.

LANDIM, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER, Junho de 1993.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. *Cidadãos – Construindo a Sociedade Civil CIVICUS – World Alliance for Citizen Participation*. Washington, 1995.

LANDIM, Leilah. *Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida-ONGs, Filantropia e o Enfrentamento da Crise Brasileira*. Rio de Janeiro, ISER, 1994,

LANDIM, Leilah. *Notas para um Perfil das ONGs – As Pertencentes à Associação Brasileira de ONGs*. Rio de Janeiro, ISER, 1995.

As ONGs e a Realidade Brasileira – 1. A Questão do Estado. São Paulo, ABONG, Junho 1995.

As ONGs e a Realidade Brasileira – 2. Perspectiva de Parceria com a

Cooperação Internacional. São Paulo, ABONG, Agosto 1995.

As ONGs e a Realidade Brasileira – 3. Os Gastos Públicos Federais com as Políticas Públicas. São Paulo, ABONG, Setembro 1995.

As ONGs e a Realidade Brasileira – 5. Iniciativas Empresariais e Projetos Sociais Sem Fins Lucrativos. São Paulo, ABONG, Novembro 1995.

MEREGE, Luiz Carlos. *O Papel do Terceiro Setor na Estrutura de uma Nova Sociedade*. Cadernos do Terceiro Setor. São Paulo, EAESP-FGV, p.1-13

COSTA, Leopoldo - *Terceiro Setor e Economia Social* - Cadernos do Terceiro Setor. São Paulo, EAESP-FGV, Abril de 1998

ALVES, Mário Aquino. *Administração para Organizações do Terceiro Setor*. Cadernos do Terceiro Setor. São Paulo, EAESP-FGV, p.1-11.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego E a redução da força global de trabalho*. São Paulo, Makron Books, 1995.

GRAJEW, Oded. *Uma saída para o desemprego estrutural. 3 Setor. grandes empresas investindo no desenvolvimento social*. São Paulo, AISEC, 1996. P.10-12.